



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATHEUS FERREIRA CARVALHO

**O INTERNACIONALISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INDÍGENAS DA
AMAZÔNIA**

MACAPÁ - AP

2019

MATHEUS FERREIRA CARVALHO

**O INTERNACIONALISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INDÍGENAS DA
AMAZÔNIA**

Artigo de graduação apresentado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Ms. Mariana Davi Ferreira

MACAPÁ - AP
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Título do Trabalho: O internacionalismo dos movimentos sociais e indígenas da Amazônia

AUTOR: MATHEUS FERREIRA CARVALHO

Defesa em: 27 / 06 / 2019

Conceito obtido: _____

Banca Examinadora

Prof. Ms. Mariana Davi Ferreira (orientadora)
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Prof. Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis (co-orientador)
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – UNIFAP

Prof. Dr. Paula de Carvalho Bastone (membro interno)
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – UNIFAP

Ms. Roberta Zandonai Moreira (membro externo)
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/
Mestre em Relações Internacionais (PPGRI/UFSC)

"Por onde passei, plantei a cerca farpada, plantei a queimada.
Por onde passei, plantei a morte matada.
Por onde passei, matei a tribo calada, a roça suada, a terra esperada...
Por onde passei, tendo em lei, eu plantei o nada."

Confissão do Latifúndio, Dom Pedro Casaldáliga

RESUMO

Este artigo tem como objeto o exercício do internacionalismo dos movimentos sociais e indígenas da Amazônia, com o recorte das campanhas internacionais na década de 1980 até o exercício da *diplomacia dos povos* no Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA). Os movimentos populares, apesar de partirem do princípio de solidariedade internacional, passam, a partir da globalização, a atuar de forma mais contundente no sistema internacional. Assim, o trabalho parte da hipótese de que os movimentos sociais da Amazônia buscam, através do exercício da *diplomacia dos povos*, defender suas demandas no âmbito internacional e, assim, obter a força social necessária para concretizá-las no âmbito doméstico. No que tange à metodologia, a pesquisa tem caráter exploratório e cunho qualitativo. O artigo está estruturado em duas seções: em um primeiro momento, busca-se contextualizar o objeto, desenvolvendo os marcos teóricos mais importantes para sua análise. Em um segundo momento, analisa-se o FOSPA enquanto espaço de exercício da *diplomacia dos povos*. Os resultados do estudo apontam que o exercício da *diplomacia dos povos* no FOSPA configura-se como instrumento de barganha na atuação dos movimentos sociais e indígenas da Amazônia no cenário internacional, ainda que domesticamente os direitos reconhecidos internacionalmente ainda não sejam propriamente respeitados.

Palavras-chave: Movimentos sociais e Indígenas; Internacionalismo; Amazônia; Diplomacia dos povos; Fórum Social Pan-Amazônico.

ABSTRACT

This article focuses on the internationalism of the social and indigenous movements from Amazon, from the international campaigns until the diplomacy of people at the Pan-Amazonian Social Forum. The social movements, although always shared the principle of the international solidarity, come to act, since the globalization, more incisively in the international system. Therefore, this article proposes that the social movements from the Amazon, through the diplomacy of people, seek to build social force in order to echo their demands at the international field and, thus, to materialize them at the domestic field. And by doing that, enticing the process of the Pan-Amazonian integration. This article has exploratory nature and the methodology applied was qualitative. First, it aims to contextualize the object, developing the most important theories in the process. Secondly, it aims to analyze FOSPA through the exercise of the diplomacy of the people. The results from the study indicate that the exercise of the diplomacy of people at FOSPA is an instrument of bargain of the social and indigenous movements at the international field, even though, domestically, the internationally recognized rights are not properly respected yet.

Keywords: Social movements and indigenous Internationalism; Amazon; Diplomacy of people; Pan-Amazonian Social Forum.

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
CAOI – Coordenadoria Andina das Organizações Indígenas
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
COICA – Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COSIPLAN – Conselho de Infraestrutura e Planejamento
CPT – Comissão Pastoral da Terra
FOSPA – Fórum Social Pan-Amazônico
FMI – Fundo Monetário Internacional
FSM – Fórum Social Mundial
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-Americana
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
REPAM – Rede Eclesial da Pan-Amazônia

O INTERNACIONALISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

Matheus Ferreira Carvalho¹

INTRODUÇÃO

A partir da queda da URSS, a sociedade liberal de mercado é proclamada como a expressão do triunfo histórico do capitalismo, no mesmo período em que inovações tecnológicas permitiam a facilidade de comunicação global. Por sua vez, a América Latina, estruturalmente instável e dependente, passava por profundas reformas econômicas aos moldes do FMI. Nesse contexto, os movimentos sociais, que já partilhavam há tempos uma solidariedade internacional² (RUBBO, 2012) intensificam a construção de redes internacionais de articulação, reivindicando cada vez mais espaços no cenário internacional.

Assim sendo, o objeto de pesquisa do presente artigo é *o internacionalismo praticado pelos movimentos sociais da Amazônia*. Parte da seguinte questão: como e por que estes movimentos sociais, nascidos no bojo das tensões sociais da região, lançam mão da articulação política para além das fronteiras nacionais? A hipótese levantada é a de que os movimentos sociais da Amazônia buscam, através do exercício da *diplomacia dos povos*, a força social necessária para ecoar suas demandas no âmbito internacional e, assim, concretizá-las no âmbito doméstico, ensejando o processo de integração Pan-Amazônica. A hipótese está, portanto, estruturada em torno dos seguintes elementos: a Amazônia, os movimentos sociais e a *diplomacia dos povos*.

Em primeiro lugar, a imensa bacia amazônica, com mais de 6 milhões de quilômetros quadrados, situa-se sob a soberania de nove países sul-americanos³. Naturalmente, cada porção nacional está subjugada aos seus respectivos Estados nacionais. Verifica-se, contudo, que em todos os países a porção amazônica é periférica em perspectiva aos centros nacionais de poder. Em face da condição periférica desses países no sistema internacional, a Amazônia é como uma *periferia da periferia*, já que ela é uma região que, historicamente, esteve

¹ Graduando do Curso de Relações Internacionais – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá-AP, 2019 – e-mail: viegacarvalho@gmail.com.

² Como aponta Rubbo (2012), a solidariedade internacional não é um apenas um princípio moral abstrato. É também uma realidade histórica entre os oprimidos desde o século XIX.

³ Além do Brasil, que detêm 63,4% da Amazônia, oito países exercem soberania sobre ela: Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

subordinada aos centros hegemônicos do poder nacional (GONÇALVES, 2012). Isso decorre do próprio sentido da colonização europeia. A região era estratégica do ponto de vista geopolítico – como uma grande reserva de recursos para exploração futura, não constituindo grande atrativo comercial às metrópoles europeias (BECKER, 2005).

Dessa forma, a região da Amazônia brasileira, ainda no século XX uma fronteira de expansão do capitalismo, passou por um processo intensificado de desenvolvimento através do instituto da Amazônia Legal⁴. Esse processo fez parte de um planejamento regional que privilegiava questões nacionais em descon sideração à realidade e aos interesses da população local. Porque, após o golpe de 1964, a Amazônia é tida enquanto solução para as tensões sociais do Nordeste e como continuidade ao crescimento econômico do centro dinâmico do Sudeste. Do ponto de vista da segurança nacional, a vasta e isolada região é vista como altamente vulnerável à organização de focos revolucionários (BECKER, 1990).

Após a instituição da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), posteriormente Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)⁵, compreendida dentro dos processos da globalização hegemônica⁶ nos anos 2000, reproduz-se na Amazônia sul-americana (mas não de forma homogênea) o processo pelo qual já vinha se dando em regiões específicas da Amazônia Legal⁷: expansão da infraestrutura de modo a integrar a região ao mercado mundial. A construção de rodovias e pontes tinha como objetivo superar as barreiras históricas ao livre fluxo de capitais na América do Sul, possibilitando a exploração econômica de seus recursos naturais e a expansão da atividade agropecuária.

⁴ Delimitação geográfica criada pelos militares para demarcar os limites da atuação governamental. Envolve, além dos Estados da região Norte, porções dos Estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão (BECKER, 1990, p. 18).

⁵ O COSIPLAN, com a crise na UNASUL, está atualmente paralisado. Contudo, as obras de infraestrutura causam impactos permanentes, mesmo que algumas delas não tenham sido devidamente concluídas. Como aponta Prado Filho (2017), a maior acessibilidade gerada pela infraestrutura no território de Madre de Dios (na Amazônia peruana) deu incremento logístico às mineradoras e suas máquinas. Em um processo exploratório que causou devastação ambiental até mesmo em áreas de conservação e uma série de transformações sociais, econômicas e políticas.

⁶ Como aponta Santos (2004), não há uma globalização, mas, sim, várias. Nesse sentido, a globalização hegemônica é definida como a “mundialização” da sociedade liberal de mercado, que a partir da derrocada da URSS é proclamada como o estágio mais avançado da humanidade. Os valores dessa sociedade, viabilizados pelas redes globais de comunicação e informação, estendem-se ao alcance global.

⁷ No arco de desmatamento da Amazônia, onde a fronteira agrícola avança em direção à floresta. São 500 mil km² de terras que vão do leste a sudeste do Pará em direção oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre. Mais informações: <<https://ipam.org.br/glossario/arco-do-desmatamento/>>. Acesso em 17 jun. 2019.

Deste modo, os movimentos sociais e indígenas – segundo elemento da nossa hipótese – são instrumentos de organização política popular para reivindicar suas demandas no processo de organização da sociedade. Na Amazônia, a diversidade de processos organizativos é reflexo direto de sua sociobiodiversidade⁸. As identidades e demandas dos sujeitos que se organizam coletivamente advêm das diferentes relações estabelecidas com o território. Destacamos as identidades que emanam de *antigas condições sociais ou étnicas*, tais como as populações indígenas ou remanescentes de quilombos; de *trabalhadores rurais*, como os seringueiros, os castanheiros, os pescadores e as quebradeiras de coco de babaçu; dos *grupos sociais que sofrem impactos diretos da implantação de megaprojetos na Amazônia*, tais como os atingidos por barragens, *os assentados, os deslocados e os sem-terra*; além dos *trabalhadores urbanos*, cujo crescimento acompanhou a vertiginosa urbanização da Amazônia Legal (GONÇALVES, 2012).

Apesar da grande heterogeneidade, expressa nas mais diversas pautas e identidades, os movimentos sociais e indígenas da Amazônia, de modo geral, reclamam espaços de participação política em diferentes escalas. Denunciam os impactos socioambientais dos megaprojetos de infraestrutura – entendidos enquanto expressão do processo de globalização hegemônica. Em um nível fundamental, defendem o saber ancestral dos povos da floresta, historicamente rejeitado enquanto conhecimento pela colonialidade do saber⁹ (QUIJANO, 2005). A valorização do saber ancestral expressa-se na filosofia do *Bem Viver* e na prática da *diplomacia dos povos*, instrumento político utilizado pelos movimentos sociais e indígenas para a troca de experiência e aprendizado entre si. Concretamente, as lutas desses movimentos sociais e indígenas expressam-se em espaços como o Fórum Social Pan-Amazônico, que será analisado neste artigo.

Justifica-se a decisão de conduzir uma pesquisa sobre movimentos sociais da Amazônia dentro do campo das Relações Internacionais, pois a política internacional

⁸ *Sociobiodiversidade* é um conceito que envolve a relação entre a diversidade biológica e o uso e manejo destes recursos junto com o conhecimento e cultura das populações tradicionais. Para mais informações:

<<https://www.ipe.org.br/en/projects/baixo-rionegro/65-projeto-sociobiodiversidade><https://www.ipe.org.br/en/projects/baixo-rionegro/65-projeto-sociobiodiversidade>>. Acesso em 16 jun. 2019.

⁹ Segundo Quijano (2005, p. 110), “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção de conhecimento”. Reprimiram, assim, “as formas de produção de conhecimento dos colonizados”.

contemporânea envolve, além dos Estados, organizações internacionais e outros atores não-estatais. Dentre a ampla variedade de atores não-estatais, está a categoria dos movimentos sociais, associações reivindicativas que demandam ações por parte da administração pública (LACERDA, 2013). As inovações tecnológicas nas áreas de comunicação e informação foram decisivas no sentido de impulsionar as condições para a criação de uma rede transnacional de ativistas e militantes sociais. Assim, os movimentos sociais transcendem as barreiras nacionais, realizando troca estratégica de informações e experiências, no intuito de pressionar Estados e organizações internacionais (KECK & SIKKINK, 1998).

Assim, desde os anos 1970, quando as preocupações ambientais ascenderam à agenda política internacional, a Amazônia – em função de sua importância para o equilíbrio ecológico do planeta – tornou-se um dos principais temas do ativismo além-fronteiras do Norte e do Sul global (KECK & SIKKINK, 1998). A visão corrente era essencialmente “ecologizada”, isto é, tendia a dissociar a Amazônia dos processos nacionais, e muitas vezes desconsiderava, ou colocava em segundo plano, a realidade social local. Contudo, o “holofote” se estende aos movimentos sociais da região, que passam a se associar às ONGs em campanhas internacionais, levando seus princípios e valores de harmonia com a natureza, que ganha relevância internacional devido às mudanças climáticas causadas pelo atual sistema econômico.

Além disso, a partir do advento da globalização hegemônica, os movimentos sociais latino-americanos promovem uma parceria regional de resistência ao receituário neoliberal, imposta pela agenda do Consenso de Washington como a solução para a forte crise econômica que assolava a maior parte dos países da América Latina nas últimas décadas do século XX. A realização do Fórum Social Mundial (FSM) – em nível global – e de uma ampla variedade de fóruns regionais e temáticos (no qual o FOSPA está inserido) demonstram a atuação dos movimentos sociais em fóruns e espaços de articulação internacional.

Destarte, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender propriamente como a Amazônia se insere nacional, regional e internacionalmente. Tendo em vista que, como dito anteriormente, nas sociedades contemporâneas as escalas da vida social e política estão cada vez mais interligadas. Pois como bem exemplifica Santos (2004, p. 93) na aldeia mais remota da Amazônia é possível sentir os efeitos da globalização hegemônica.

Assim, esta pesquisa tem caráter exploratório e a metodologia aplicada é de cunho qualitativo. Para tal, o processo investigativo ocorreu em duas etapas. Na primeira etapa, analisamos aos precedentes históricos da Amazônia e os conceitos relacionados ao nosso objeto, a partir de um levantamento bibliográfico acerca da temática em livros e em bases de periódicos. Na segunda etapa, relacionada à análise do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), foram feitas análises documentais e buscas em sítios oficiais e de notícias para estudo da estrutura e do processo dos espaços de articulação em rede internacional dos movimentos sociais.

Temos o intento de compreender a Amazônia se valendo de uma peça fundamental da sua formação: a realidade de setores populares da Amazônia que historicamente foram invisibilizados pelo axioma do “vazio demográfico”. Ademais, partindo de uma concepção de produção do conhecimento derivado de um espaço e um tempo político e socialmente determinados (COX; SINCLAIR, 1996), a presente pesquisa se orienta na aspiração de fortalecer os laços entre os centros de pesquisa da região Norte e os movimentos sociais e indígenas da Amazônia.

Destarte, para melhor análise do objeto, o artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, explora-se a condição da Amazônia enquanto *periferia da periferia*, com foco no processo pelo qual passou a Amazônia brasileira a partir do regime militar e na formação dos movimentos sociais da região. Na segunda seção, analisa-se a rede transnacional de ativismo que interligou as ONGs do Norte global e os movimentos sociais da Amazônia desde os anos 1980. Na seção seguinte, contextualiza-se o processo de ascensão da agenda neoliberal e a articulação de movimentos da América Latina em oposição a esta. Na seção quatro, por fim, analisa-se o FOSPA enquanto espaço concreto de exercício da *diplomacia dos povos*.

1 BREVES PRECEDENTES HISTÓRICOS: Amazônia como periferia da periferia

Um aspecto fundamental em relação à Amazônia é o fato de a região constituir-se enquanto *periferia da periferia*. Isto é, além de estar situada sob a soberania de países estruturalmente periféricos no sistema-mundo capitalista, ela é também periférica dentro da formação interna de cada país (GONÇALVES, 2012). Isso decorre porque, desde os tempos coloniais, sua geografia representou um grande desafio à efetiva incorporação desses

domínios à lógica da economia de mercado. Sendo assim, ainda nos tempos atuais, a Amazônia constitui um dos últimos espaços onde o capitalismo ainda está por se instalar plenamente (PRADO FILHO, 2017).

Portanto, foi com o intuito de se apropriar desse rico e imenso espaço - inserindo-o ao fluxo internacional de capitais- que o governo brasileiro, sob a égide do regime militar, criou, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Essa autarquia do governo federal demarcou os limites de atuação governamental e passou a coordenar a estratégia de desenvolvimento da região.

Na verdade, as primeiras frentes de ocupação se deram antes dos incentivos oficiais do governo federal. Em face da grande concentração de terras e o forte tensionamento da questão agrária no Brasil, a Amazônia apareceu na cena nacional, já nas primeiras décadas do século XX, como fronteira de expansão da agricultura. O ritmo de ocupação, contudo, intensifica-se a partir da estratégia desenhada pelos gestores civis-militares durante o regime. Resumidamente, os principais eixos dessa estratégia foram: (1) Implantação de redes de integração espacial, isto é, investimento público na construção de rodovias, hidrelétricas, sistema de telecomunicações e sedes de instituições estatais nos centros urbanos; (2) Superposição de territórios federais sobre os estaduais; (3) Subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios (BECKER, 1991, p. 14).

Essas medidas visavam criar as condições favoráveis à instalação de entes privados na região, o que para o governo era interessante tanto do ponto de vista geopolítico (consolidar a soberania sobre a região), como do ponto de vista econômico. Estes entes privados iam desde pequenos fazendeiros até grandes conglomerados econômicos – nacionais ou internacionais¹⁰.

O resultado direto dessa estratégia de integração e desenvolvimento foi a agudização da violência. Esse fato se comprova na medida em que se percebe que a violência na Amazônia foi mais intensa justamente onde mais se fizeram presentes as ações desse novo modelo de desenvolvimento:

Registremos que a geografia da violência na Amazônia indica sua maior intensidade exatamente na área onde mais efetivamente se fizeram presentes as ações desse novo modelo de desenvolvimento, ou seja, ali onde maior foi a extensão de estradas construídas, de

¹⁰ Estima-se que do território amazônico ocupado, em 1986, 23,9% estava ocupado pelo estado, 36,2% pelas empresas nacionais privadas e 39,9% pelas empresas internacionais (FERNANDES *apud* DE ANTONI, 2010, p. 302)

hidrelétricas e de grandes empresas de exploração mineral, além de maior número de fazendas pecuaristas e de empresas do setor madeireiro, ou seja, no sul e no sudeste do Pará, na Amazônia maranhense e no estado de Tocantins, na tristemente famosa região do Bico do Papagaio (GONÇALVES, 2012, p. 109).

Assim, Martins (1989) sustenta que a origem de muitos dos conflitos são espontâneas e não políticas. Pois, segundo o autor, “durante grande parte da ditadura militar, tais lutas surgem espontânea e defensivamente, como resistência à ação violenta de policiais e pistoleiros a serviço de grileiros de terra e grandes proprietários” (1989, p. 133). Nesse cenário, missionários católicos, organizados através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), e em alguns casos antigos quadros de partidos de esquerda banidos pelo regime agiam como grupos de mediação, incentivando a mobilização política das bases sociais (LACERDA, 2013).

É em resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais e pelas comunidades indígenas da região amazônica que surgem movimentos de base tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹¹ e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)¹², que tiveram papel fundamental na denúncia das violações de direitos e na mobilização política dos povos da floresta. (LACERDA, 2013).

2 ATUAÇÃO E LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA AMAZÔNIA

Os movimentos sociais da Amazônia, contudo, permaneciam confinados a uma dimensão local, não recebendo atenção por parte da mídia e da opinião pública dos centros de poder nacional. Fato que muda a partir dos anos 1980, quando uma combinação de fatores cria as condições favoráveis para que os movimentos sociais pudessem ecoar suas demandas não só no âmbito doméstico como também no internacional, quais sejam: a ascensão da questão ambiental à agenda política internacional, a redemocratização do regime político brasileiro e o desenvolvimento das novas relações internacionais com o fim da Guerra Fria (ZHOURI, 2006, p. 143).

¹¹ Para mais informações sobre a CPT acessar: < <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em 14 jun. 2019.

¹² Para mais informações acerca da formação e do histórico do CIMI acessar sítio oficial: < <https://cimi.org.br/o-cimi/>>. Acesso em 14 jun. 2019.

A internacionalização da questão ambiental, em especial, abriu uma “brecha” para que os movimentos sociais da Amazônia pudessem acessar fóruns e articulações internacionais, em vista da proeminência da Amazônia no debate ambientalista internacional (GONÇALVES, 2012). Dessa forma, foi a partir deste período que os movimentos sociais da Amazônia se associaram às ONGs americanas e europeias em campanhas internacionais em prol da conservação do meio ambiente e da justiça social.

Essa ligação se mostrou importante para ambos os lados - ainda que fosse potencialmente problemática, uma vez que tendia a reproduzir as relações de poder existentes entre o Norte e o Sul global (BENTES, 2005). Não obstante, para os movimentos sociais da Amazônia representou acesso a informações e recursos que antes não tinham; para as ONGs, deu legitimidade a suas campanhas internacionais (KECK & SIKKINK, 1998, p. 13).

Em 1983, por exemplo, a Amazônia brasileira se tornou foco de mobilização estratégica e sistemática em nível internacional (ZHOURI, 2006, p. 144), quando grupos ambientalistas americanos promoveram uma campanha contra bancos multilaterais, tais como o Banco Mundial e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), explicitando a responsabilidade destes em relação aos desastres socioambientais em andamento na Amazônia (ZHOURI, 2006, p. 145).

A campanha fortaleceu os protestos locais que já vinham ocorrendo em resistência à construção de megaprojetos, pois os principais afetados pelos impactos socioambientais causados por tais empreendimentos em geral não eram consultados. Além de fortalecer os movimentos de base através do provimento de recursos, a campanha introduziu “a prática de conduzir lideranças locais, assim como ONGs brasileiras, a reuniões com políticos, funcionários dos bancos e com o público em geral, nos EUA e na Europa” (ZHOURI, 2006, p. 144). Desta maneira, deram visibilidade a atores sociais que até então eram desconhecidos no cenário político nacional. Foi nesse processo que lideranças locais como Chico Mendes¹³ e

¹³ Chico Mendes, descendente de nordestinos, seringueiro como seus pais, organizou com seus companheiros desde meados dos anos 1970 os empates. Esses empates consistiam em impedir o desmatamento da floresta, o que para as comunidades tradicionais de seringueiros era prejudicial, pois, além de cultivar a seringueira (*Hevea brasiliensis*) para extração do látex, reproduziam uma cultura de subsistência. Através desses empates, chamou a atenção dos ecologistas, que passaram a projetar Chico Mendes enquanto o "Gandhi da Amazônia", em defesa da conservação das florestas tropicais e dos modos de vida tradicionais (GONÇALVES, 2012, p. 171).

Raoni Metuktire¹⁴ foram projetados internacionalmente como porta-vozes da causa ambientalista na Amazônia.

Entre as ONGs mais atuantes neste processo, estiveram a Amigos da Terra (*Friends of the Earth* - FOE), de origem britânica, que teve papel fundamental na organização do Encontro de Altamira, em 1989, ocasião em que grupos indígenas se reuniram para protestar contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu. Outra ONG importante foi a *Survival International*, também de origem britânica, que em 1991 conduziu um *lobby* pela demarcação das terras ianomâmis, alvo constante de invasão garimpeira.

De modo geral, a campanha foi vitoriosa no sentido em que promoveu um retraimento dos financiamentos do Banco Mundial para o comércio madeireiro em 1991. Promovendo um impacto tão forte nesta instituição que fez com ela incluisse em seus relatórios uma estratégia florestal, o que de algum modo incorporou a preocupação com os níveis alarmantes de desmatamento das florestas tropicais, em especial da Amazônia. Em um sentido mais profundo, a campanha também foi bem-sucedida, na medida em que chamou “atenção para os modos de vida dos seringueiros e povos indígenas, os chamados 'povos da floresta', que se tornaram, então, emblemáticos de possíveis alternativas sustentáveis ao modelo hegemônico de desenvolvimento” (ZHOURI, 2006, p. 146).

A partir da campanha contra a importação de mogno do Brasil pelo Reino Unido, na década de 1990, a Amazônia entra novamente no radar do ativismo internacional. O que chama atenção em relação a esta campanha, promovida inicialmente pela ONG britânica Amigos da Terra, é que, além do componente da degradação ambiental, a campanha focou, também, na injustiça social a que estava submetida a população local, enfatizando, sobretudo, as populações indígenas, uma vez que, segundo os ativistas, o mogno era contrabandeado de territórios indígenas, acarretando uma situação de conflito. Um dos argumentos principais da campanha era que 80% do mogno importado do Brasil era roubado de territórios indígenas (ZHOURI, 2000).

A estratégia, portanto, era relacionar a compra de móveis de mogno no Reino Unido ao derramamento de sangue das populações indígenas da Amazônia. O *slogan* da campanha –

¹⁴ Raoni, indígena da etnia pataxó, nascido do Estado do Mato Grosso, ganhou notoriedade internacional em 1988 quando participou junto com o cantor Sting da conferência de imprensa da turnê Human Rights Now! da Anistia Internacional (ZHOURI, 2006, p. 145).

Mogno é Morte –, bem como todo aparato midiático criado no processo, sintetiza muito bem essa ideia. A estratégia era causar uma indignação ética nos consumidores britânicos, de modo a fortalecer o boicote ao mogno. Outras frentes da estratégia envolveram pressão a todos os setores envolvidos no comércio internacional do mogno, pressão sobre o governo brasileiro e suporte aos movimentos locais. Importante ressaltar que organizações indigenistas já atuavam na denúncia contra as companhias madeireiras, que extraíam mogno ilegalmente de territórios indígenas.

Dessa forma, os esforços do governo são no sentido de dar uma resposta à pressão exercida pelas ONGs britânicas. Isso se mostrou, por exemplo, nas visitas regulares de oficiais do IBAMA e da FUNAI à Embaixada brasileira em Londres para reuniões com os ativistas britânicos (ZHOURI, 2000, p. 46). Face à forte pressão internacional, a Amazônia se converteu numa das principais prioridades da agenda de relações públicas da política externa brasileira. Ainda que no início da década de 1990 o governo brasileiro tenha instituído iniciativas para a preservação da Amazônia, como o Programa Piloto para Florestas Tropicais do Brasil¹⁵, a melhoria se deu muito mais no terreno da retórica ambientalista do que em ações governamentais concretas e substanciais (ZHOURI, 2000, p. 48).

Ainda assim, a pressão exercida pelas ONGs internacionais sobre o governo brasileiro de certa forma atendeu a algumas demandas dos movimentos sociais da Amazônia. A demarcação de alguns territórios indígenas, a criação de áreas de conservação ambiental e a criação de reservas extrativistas são em grande parte frutos de pressão internacional pela preservação da Amazônia e pelo respeito aos modos tradicionais de vida na floresta.

2.1 O padrão *boomerang*

Os movimentos sociais da Amazônia constituíram-se, muitas vezes, em situação de extrema violência, a partir da mediação de grupos de missionários católicos ou de antigos militantes de partidos políticos banidos pelo regime militar. Esses movimentos encontraram, através da atuação e da articulação internacional, uma forma de construir força social para

¹⁵ O Programa Piloto para Florestas Tropicais do Brasil foi uma iniciativa em conjunto dos países do G-7, dos Países Baixos, do Banco Mundial e do Governo do Brasil com o intuito de conciliar o desenvolvimento econômico sustentável com a conservação das florestas tropicais (BANCO MUNDIAL, 1992).

atuação no âmbito doméstico, principalmente para pressionar o governo brasileiro a tomar medidas para o atendimento de suas demandas. Esses movimentos desenvolveram, então, um mecanismo político denominado por Keck e Sikkink (1998) como “padrão *boomerang*”, o que para as autoras é uma característica das redes transnacionais de ativistas por elas analisados. Nas palavras das autoras, o padrão *boomerang* ocorre:

Quando os canais entre o Estado e seus atores domésticos são bloqueados, o padrão boomerang de influência característica das redes transnacionais pode ocorrer: ONGs domésticas ignoram seus Estados e diretamente procuram aliados internacionais para tentar fazer pressão de fora a seus Estados (KECK & SIKKINK, 1998, p. 12, tradução nossa)¹⁶.

Segundo Keck & Sikkink (1998, p. 13), esse mecanismo é importante para os movimentos sociais que, invisibilizados no cenário nacional, estabelecem contatos internacionais de forma a amplificar suas demandas e ecoá-las de volta aos seus Estados de origem.

Apesar de reconhecer a importância da abordagem por elas desenvolvida – a perspectiva das redes transnacionais de ativistas – é importante constatar que as categorias de análise por ela utilizadas são de chave liberal: a excessiva individualização através do destaque à figura do ativista e da relação deste com o Estado. Visualiza-se uma simplificação de muitos dos problemas da Amazônia – pois elas se propõem analisar atores sociais da região, sobretudo os povos indígenas, os seringueiros e os pequenos agricultores – a uma mera relação (ou falta dela) Estado-sociedade. Como demonstra Gonçalves (2012, p. 165), essa matriz de pensamento está presente na constituição de muitas das ONGs que tiveram e até hoje ainda têm uma atuação determinante na Amazônia, muito embora atualmente a visão sobre preservação do meio ambiente seja mais abrangente do que já foi antes.

A influência dessas ONGs sobre os movimentos sociais da região amazônica é apontada por alguns como uma forma de ingerência externa, sobretudo a partir dos anos 1990, quando essas organizações são convidadas por instituições financeiras internacionais a participarem de uma estratégia ambiental conjunta, criando a noção de “desenvolvimento

¹⁶ “When channels between the state and its domestic actors are blocked, the boomerang pattern of influence characteristic of transnational networks may occur: domestic NGOs bypass their state and directly search out international allies to try to bring pressure on their states from outside” (KECK & SIKKINK, 1998, p. 12).

sustentável” e mecanismos mercadológicos contra o desmatamento, como o selo florestal do *Forest Stewardship Council* (BENTES, 2005).

Contudo, a matriz ideológica dos movimentos de origem popular da Amazônia parte de pressupostos diferentes. Para eles, a luta pela conservação do meio ambiente e a luta pelos direitos humanos são indissociáveis (GONÇALVES, 2012). A luta dos seringueiros é, nesse sentido, bastante ilustrativa. A partir dos anos 1970, os seringueiros e seus familiares iam para as áreas ameaçadas de desmatamento, onde impediam as derrubadas, em ações que posteriormente ficaram conhecidas como “empates”. Para estas famílias, defender o meio ambiente é também defender a própria casa, uma vez que é da floresta que estas famílias tiram a base da alimentação, saúde, etc.

3 RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO E A EMERGÊNCIA DA *DIPLOMACIA DOS POVOS*

Assim sendo, a partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, quando a globalização neoliberal consolidou-se como a expressão do triunfo histórico do capitalismo¹⁷, os movimentos sociais da América Latina, de uma forma geral, inserem-se em uma nova conjuntura. Pois foi nessa década que o Consenso de Washington, como se convencionou chamar a conjugação das grandes medidas econômicas propostas pelos economistas neoliberais, se tornou a diretriz básica do FMI, que passou a ser “receitado” à América Latina como solução para a forte crise econômica que atingia a maior parte dos países dessa região.

Assim, a partir dos anos 1990, a América Latina passou por um processo de abertura de suas economias nacionais e de desregulamentação do Estado¹⁸. A adoção destas medidas, contudo, não mostrou os resultados esperados, fator que resultou em forte insatisfação popular (SARAIVA, 2011, p. 4). É nesse contexto que diferentes movimentos sociais passam a articular-se na cena política latino-americana em torno de uma agenda antineoliberal. As causas que se encontram na raiz desses movimentos são múltiplas, vão desde questões

¹⁷ Mesmo com experiências anteriores como a implementação de uma agenda neoliberal no regime ditatorial de Pinochet no Chile (década de 1970).

¹⁸ Disciplina fiscal, privatização de empresas estatais, desregulamentação das leis trabalhistas, eliminação das barreiras ao investimento estrangeiro direto e adoção de taxa de juros e taxa de câmbio flutuantes. Resumidamente, essas foram algumas das principais medidas neoliberais propostas por instituições financeiras como o FMI.

urbanas até questões étnicas, mas um aspecto comum a todos é que eles constituem uma reação ao neoliberalismo (GALVÃO, 2008, p. 10).

Destaca-se um episódio inserido nessa conjuntura que teve papel fundamental para consolidação das relações internacionais entre os movimentos sociais da América Latina. Trata-se da Campanha Continental dos 500 de Resistência Indígena, Negra e Popular, entre 1989 e 1992, cujo objetivo principal era repudiar a celebração do quinto centenário do “descobrimento” das Américas. A campanha, segundo integrantes do MST (um dos movimentos nacionais que atuou ativamente no processo) inaugurou uma aliança efetiva entre camponeses e indígenas em uma grande mobilização da América Latina. A campanha constituiu num protesto unificado contra a conquista, a colonização e a dependência estrutural da América Latina, naquele momento representada pela adoção das políticas neoliberais. Além disso, denunciou os efeitos do capitalismo internacional no campo (RUBBO, 2012).

Nesse sentido, levando em consideração as particularidades de cada país – mesmo porque a política neoliberal foi aplicada com intensidade variada entre os países -, a articulação internacional de movimentos sociais da América Latina é fundamentalmente marcada pela pluralidade. Essa característica, por sua vez, conduz à emergência de formas criativas de organização social e política, demonstrada na construção de arranjos alternativos de associação e no exercício político através de seus próprios meios. Assim sendo, emerge entre os movimentos sociais da América Latina o conceito de *diplomacia dos povos* (MARTÍNEZ, 2013, p. 103).

3.1 *Diplomacia dos povos*: a atuação internacional dos movimentos sociais

A *diplomacia dos povos* consiste no intercâmbio direto, ativo, flexível, adaptável a todas as circunstâncias, de preocupações, de análises e de experiências entre comunidades de base, situadas em dois ou mais territórios. Por seu caráter de representação direta, sem intermediários, a diplomacia dos povos se difere fundamentalmente da diplomacia de Estado, sem, contudo, estar em conflito com esta (BANSART, 2008, p. 33). Na verdade, a diplomacia dos povos pretende trabalhar de forma paralela à diplomacia tradicional, para, dessa forma, aprofundar a integração cultural, econômica, social e política dos povos do Sul (CONSTANT, 2007, p. 52).

Inspira-se na diplomacia indígena, isto é, no relacionamento entre os povos originários das Américas. Contudo, atualmente, a diplomacia dos povos se estende a uma variedade de setores populares, incorporando movimentos camponeses, indígenas e urbanos. (TICONA, 2006 *apud* MARTÍNEZ, 2013, p. 103).

A concepção de diplomacia dos povos se desenvolve como proposta na cena política latino-americana a partir de Evo Morales na Cúpula de Mar del Plata, em 9 de novembro de 2005, partindo da compreensão de que os movimentos sociais são sujeitos políticos da integração regional latino-americana. No processo de enfrentamento à agenda neoliberal, diversos movimentos sociais passaram a articularem-se em nível regional, exercendo a diplomacia dos povos (FERREIRA, 2016, p. 160).

Ao propor uma diplomacia participativa, a diplomacia dos povos empodera movimentos sociais e indígenas, que perseguem a construção de sociedades plurinacionais e pluriculturais. Em seu processo de condução, ela é caracterizada pelo relacionamento e conciliação entre os sujeitos diversos, onde a condução da relação independe de qualquer centro de poder (MARTÍNEZ, 2013, 106). Em um nível mais profundo, seu intento é tornar a política um espaço de acúmulo de forças populares diversas, quebrando a dualidade entre Estado e sociedade civil (SADER, 2006, p. 9).

A diplomacia dos povos está intimamente ligada ao ideal do Bem Viver - ou Sumak Kawsay em quíchua - uma filosofia em construção, que recupera a sabedoria ancestral dos povos ameríndios, baseado na ideia de que o homem deve viver em harmonia com a natureza, sem explorá-la e ainda menos sem destruí-la, porque fazendo mal à natureza o homem está fazendo mal a si mesmo, uma vez que faz parte dela (TURINO, 2016, p. 15). Contrapõe-se, assim, ao paradigma do desenvolvimento da filosofia ocidental moderna, dando ênfase a uma perspectiva decolonial (MARTÍNEZ, 2013).

O Bem Viver e a diplomacia dos povos ganham mais força ainda em países andino-amazônicos como a Bolívia e o Equador, países que na esteira da ascensão de líderes progressistas aos postos presidenciais, passam por um processo de reformulação do Estado Nacional, ocasião em que consagram em suas novas Constituições essas concepções, o que demonstra o resgate de práticas ancestrais dos povos andino-amazônicos. Por essa razão, por se fundamentar em um paradigma que se contrapõe tão profundamente ao pensamento

moderno ocidental, a diplomacia dos povos sustenta práticas decoloniais (MARTÍNEZ, 2013).

Concretamente, expressa-se na realização de cúpulas, fóruns, encontros – espaços onde se consolida novas formas de fazer política a partir da interação de diversos atores sociais, questionando os elementos das Relações Internacionais tradicionais, constituindo-se, assim, em espaços contra-hegemônicos de Relações Internacionais. Desse modo, a emergência de movimentos sociais reclama espaços de participação no âmbito internacional (MARTÍNEZ, 2011).

Na Amazônia, espaços assim se deram no FSM 2009, em Belém; em todas as edições do FOSPA, que à rigor ocorre entre os intervalos do FSM, que serão tratados mais adiante; Também se deram em espaços como as Cúpulas Amazônicas organizados pela Coordenadoria da Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), protagonizadas por organizações indígenas dos nove países andino-amazônicos; no Fórum Andino-Amazônico de Desenvolvimento Rural; e em todas as campanhas internacionais desenvolvidas pelos movimentos sociais e indígenas.

4 FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO – ESPAÇO CONCRETO DE EXERCÍCIO DA DIPLOMACIA DOS POVOS.

Desde as primeiras edições do FSM, o Comitê Internacional viu a necessidade de estimular a multiplicação de fóruns regionais, organizados de forma horizontal e independente, de modo que não estivessem articulados apenas para se preparar para um encontro mundial mais amplo, mas que tivessem seu valor político próprio (SANTOS, 2004). A própria ideia do FSM, segundo Santos (2004), é ser um conjunto de fóruns – mundiais, temáticos, regionais, sub-regionais, nacionais, municipais e locais – organizados através de sua Carta de Princípios.

A organização do FOSPA, portanto, é fruto do intento em diversificar os espaços de intercâmbio promovidos pelo FSM (SANTOS, 2004). Traz muito acúmulo político dos primeiros encontros do FSM, ocorridos em Porto Alegre (RS). O mote principal do FSM, a oposição à globalização hegemônica – de cunho neoliberal –, resvala-se no FOSPA pela resistência aos efeitos dessa mesma globalização na região amazônica – degradação

ambiental, pirataria, aniquilamento das formas tradicionais de vida, colonialismo, concentração de terras e riquezas, intervenção militar e guerra (GARCÍA-FALDES & PARDO, 2002, p. 8).

A metodologia do FOSPA também se inspira bastante na metodologia do FSM. O Fórum tradicionalmente começa com uma grande marcha e termina com uma Assembleia, na qual é aprovada coletivamente a Carta da edição. As atividades do Fórum são divididas em atividades centralizadas e atividades autogeridas. As atividades centralizadas são de responsabilidade do Comitê de Organização Local e geralmente consistem em conferências temáticas de convidados especiais. Já as atividades autogeridas são organizadas livremente pelas redes, entidades e movimentos que compõem o encontro, e elas são a melhor expressão da diversidade que colore o Fórum. Há também atividades culturais, fortemente marcada pelas tradições dos diversos povos da Pan-Amazônia.

As atividades autogeridas têm por objetivo maximizar a possibilidade de articulação e de ação comum entre organizações, convidando-os a estabelecer um diálogo sustentado que conduza à aglutinação das atividades propostas para o Fórum (SANTOS, 2004).

Já as atividades culturais durante a realização do Fórum também cumprem importante papel na metodologia do Fórum, posto que são espaços para a celebração da diversidade e da tradição dos povos originários da Pan-Amazônia. Acentuemos que o Fórum é uma ocasião em que etnias provenientes de todos os cantos da bacia amazônica – interligados por raízes históricas – encontram-se. Essa celebração parte de uma antiga tradição nas relações entre as sociedades indígenas, que se inter-relacionavam por meio de troca de objetos, de casamentos, de convites para festas, de rituais, etc. (ISA, 2018), uma tradicional relação que atualmente inspira a conceituação de diplomacia dos povos (TICONA, 2006 *apud* MARTÍNEZ, 2011, p. 103).

A importância da celebração da diversidade étnica da bacia amazônica reside no fato de que muito dessas etnias – suas línguas, seus códigos, suas crenças, o profundo conhecimento acerca da floresta – estão sumindo com o tempo. Se nos séculos anteriores os jesuítas tiveram protagonismo no processo de evangelização das almas indígenas, hoje esse papel é exercido pelas comunidades neopentecostais. Logo, a celebração da cultura desses povos constitui uma resistência ao rolo compressor da cultura moderna ocidental.

Na verdade, os povos originários são os que mais fundamentalmente se opõem à globalização neoliberal, pois se antagonizam a um fundamento básico da matriz ideológica do pensamento ocidental – da filosofia judaico-cristã – correspondente à cisão entre Homem e Natureza, estabelecendo uma régua universal de desenvolvimento, onde as sociedades mais desenvolvidas e avançadas são aquelas que mais se distanciaram da Natureza, que mais a domesticaram para seu próprio benefício (LANDER, 2005). Não obstante, o modo de produção dos povos indígenas amazônicos se difere do modo de produção capitalista, posto que são sistemas produtivos de subsistência e não de acumulação, constituindo uma barreira local para a expansão do mercado mundial (PRADO FILHO, 2017).

Não à toa, são os povos indígenas os mais duramente atingidos pela expansão do modo de produção capitalista na Amazônia. Pois, se antes era possível desenvolver plenamente o modo de produção de subsistência e de livre mobilidade na Amazônia, contemporaneamente, povoados indígenas se veem cortados pela crescente malha rodoviária, que atrai atividades ilegais de mineração, posseiros, grileiros, latifundiários e uma gama de novos atores envolvidos no processo de expansão. A realidade de muitas dessas comunidades passa a ser, então, a violência latente e a degradação ambiental. Por essa razão, povos que antes partiam da visão da terra enquanto bem comum, atualmente têm, também (como os novos atores na Amazônia), buscado a territorialização (GONÇALVES, 2012) através da luta pela demarcação de territórios indígenas.

A conservação da floresta empreendida a partir do exercício dos modos tradicionais de vida na Amazônia dentro dos territórios indígenas já demarcados contrasta com o cordão de devastação ambiental que os cerca. Denota-se aí o porquê de a luta pelos direitos dos povos indígenas estar intrinsecamente ligada à conservação das florestas tropicais.

IMAGEM 1: Terra indígena Xikrin do Rio Catete.



Fonte: Google Maps

Nos anos 1980, os movimentos indígenas eram muitas das vezes mediados por agentes ligados ao terceiro setor de países do centro do capitalismo. Presentemente, fruto do complexo processo de internacionalização dos movimentos sociais e indígenas da Amazônia e do mundo – uma rede internacional contra-hegemônica à globalização (SANTOS, 2004) –, do qual o FOSPA faz parte, os movimentos indígenas gozam de representação direta em fóruns internacionais como o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas. Acumulam, dessa maneira, importantes conquistas, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Indígenas sobre Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 13 de setembro de 2007.

Nos FOSPA, a presença dos povos originários se faz através da COICA, do CIMI, da CAOI e das demais coordenadorias nacionais de organizações indígenas. Assim, os principais pontos da declaração – o direito à autodeterminação, ao consentimento livre, prévio e informado à adoção de medidas legislativas e administrativas de qualquer natureza (incluindo obras de infraestrutura, mineração e uso de recursos hídricos), à reparação pelo furto de suas propriedades; o direito à manter suas culturas e o direito à comunicação – embasam as demandas do FOSPA aos Estados da Pan-Amazônia.

Os Estados da Pan-Amazônia não respondem da mesma forma a essas demandas, dependendo, principalmente, da orientação política dos governos e do próprio processo nacional. Cada Estado, por exemplo, difere nas fases administrativas no processo de regularização, bem como nas categorias, de terras indígenas.

As mudanças mais profundas em relação aos direitos indígenas se deram na Bolívia e no Equador. Por exemplo, Evo Morales, primeiro presidente indígena da Bolívia, faz parte do processo de insurgência indígena e de tantos outros movimentos sociais que culmina na assembleia constituinte, onde se proclama os esforços para a construção de um Estado plurinacional, reconhecendo plenamente os direitos indígenas (LABORATÓRIO DE COMUNICAÇÃO COMPARTILHADA PAN-AMAZÔNIA, 2014).

Essa insurgência indígena se reflete, igualmente, na própria composição dos princípios do Fórum¹⁹, onde se faz presente a cosmovisão dos povos tradicionais da Pan-Amazônia: “a Terra não nos pertence. Nós pertencemos a ele. A natureza é mãe, é inestimável e não pode ser mercantilizada” (FOSPA, 2012). Uma perspectiva essencialmente decolonial que, inclusive, evidencia-se no emprego de “Abya Yala”, que na língua do povo Kuna significa “Terra Viva” e é sinônimo de América.

Na verdade, a diversidade de bandeiras políticas endossadas pela Carta de Princípios é o principal reflexo da composição social do Fórum, essencialmente intercultural. A Associação de Mulheres Brasileiras e a luta contra a discriminação de gênero e orientação sexual. As representações de quilombos, *maroons* ou *palenques* e a luta contra a marginalização da população afrodescendente. A associações camponesas ou eclesiais, como a CPT e a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), e a defesa da segurança alimentar, da economia solidária e da agroecologia e a denúncia contra a violência no campo. A participação de profissionais de comunicação e a democratização do acesso à informação, feito através da própria cobertura do evento e dos demais espaços que conformam a organização do Fórum. Os educadores e pesquisadores da Pan-Amazônia, que firmam a centralidade da educação para a transformação social, pondo o conhecimento ancestral dos povos da Amazônia em pé de igualdade com a ciência ocidental. Bem como as já mencionadas coordenações nacionais de comunidades indígenas da Pan-Amazônia e toda sua luta pelos direitos indígenas, muitas vezes vilipendiados pela própria sociedade. Tudo isto exemplifica como o mosaico da diversidade da Pan-Amazônia se reproduz na composição do evento, espelhando-se nas mais diversas bandeiras de luta do FOSPA.

¹⁹ Expressos na Carta de Princípios, aprovada coletivamente no VI FOSPA, que ocorreu em Cobija, cidade do departamento boliviano de Pando que faz fronteira com o município de Brasiléia (AC), entre 28 de novembro e 1 de dezembro de 2012. Disponível em <<http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/em-FSPA/princ%C3%ADpios-da-Carta/>>. Acesso em 16 jun. 2019.

Ainda assim, um intento geral no FOSPA é a consolidação de uma identidade pan-Amazônica. Não se trata de uma identidade de anseios homogeneizadores, mas, sim, de uma identidade que fundamentalmente reconhece a heterogeneidade e a interculturalidade dos sujeitos sociais da Amazônia. Alude, na verdade, a uma identidade de luta, pois os povos da Pan-Amazônia, de forma geral, estão suscetíveis aos problemas provenientes do fato de viverem e sobreviverem em uma das últimas fronteiras de expansão do capitalismo. Estão presentes em uma das últimas reservas de floresta tropical úmida do mundo e que por isso sofrem pressão de setores empresariais que ambicionam os recursos naturais da Amazônia (FASE, 2010).

Ressalta-se que a motivação basilar do Fórum é quebrar o isolamento das lutas de resistência, articulando demandas específicas de um movimento e uma região à luta geral de toda a Pan-Amazônia. Essa dinâmica se apresenta durante a realização do evento em si, onde as diferentes delegações compartilham suas bandeiras de luta, estabelecendo relações de solidariedade internacional entre os povos. Por exemplo, no VII FOSPA, que ocorreu em Macapá (AP), capital do Estado do Amapá, fronteiro à Guiana Francesa, percebe-se forte participação da delegação guianense. Levanta-se então a questão da dependência do último território na Pan-Amazônia. De acordo com a carta da edição, “A dominação colonial francesa da Guiana é um anacronismo inaceitável que atenta contra a liberdade e a integração de nossos povos e proclamamos nosso apoio incondicional à luta pela descolonização e independência da terra guianense” (FOSPA, 2014). Na imagem abaixo, está presente, ao meio, a bandeira da Guiana Francesa, adotada pelo Conselho-Geral (instância política máxima), mas não reconhecida pelo governo francês.

IMAGEM 2: Plenária VII FOSPA em Macapá (AP)



Fonte: <<http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/foros-anteriores/>>. Acesso em 18 jun. 2019.

Em relação a sua organização, o FOSPA, assim como o FSM, se estrutura através de um Conselho Internacional, um Comitê de Articulação e um Comitê Organizador Local. O Conselho Internacional²⁰ se reúne ao final de cada edição do Fórum para fazer um balanço e decidir, entre outras coisas, a sede do próximo encontro. O Comitê de Articulação é responsável por realizar o apoio logístico aos encaminhamentos práticos do Comitê Organizador Local, que por sua vez é formado por entes da sociedade civil da sede do próximo encontro. Além disso, o Comitê de Articulação é a representação do Fórum nos intervalos entre as edições do Fórum, peça fundamental no processo de articulação política, uma vez que as ações do Fórum não se restringem ao encontro em si, mas correspondem, também, a toda uma miríade de ações desenvolvidas pelas entidades da Amazônia.

Demonstra-se aí um importante aspecto do FOSPA, e, por extensão, de todos os espaços de exercício da diplomacia dos povos. Por ser um espaço de troca de experiência, é essencialmente um lugar de aprendizado, onde se compreende a Amazônia nas diferentes nas

²⁰ Atualmente, o Conselho Internacional do FOSPA é formado pelas seguintes entidades: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER), Coordenadoria Andina de Organizações Indígenas (CAOI), Censo Água Viva Colômbia, Centro de Direitos Econômicos e Sociais Equador (CDES), Corporação de Pesquisa e Ação Social e Econômica Colômbia (CIASE), Conselho Indigenista Missionário Brasil (Cimi), Centro de Pesquisa e Promoção de Agricultores Bolívia (CIPCI), Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônia (COICA), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Brasil (FASE), Fundação Jubileo Bolívia, Instituto Latino-Americano para a Sociedade e Direito Alternativo Colômbia (ILSA), Rede Latino-Americana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos (LATINDADD), Fundação Lauro Campos Brasil, Movimentos dos Atingidos por Barragens Brasil (MAB), Comissão da Pastoral da Terra Brasil (CPT), Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), América Latina e Católica Associação Caribenha de Comunicação (ALC-SIGNIS), Comitê Brasileiro do FOSPA (FOSPA, 2017). Para mais informações, acessar: <<http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/participantes-fospa/>>. Acesso em 06 jun. 2019.

escalas local, regional, nacional e internacional. Esse aprendizado, cuja magnitude é inestimável, é levado com as delegações para além dos espaços do FOSPA, ensejando novas práticas políticas de cunho local e regional. Em outras palavras, cada edição do FOSPA tem como objetivo deixar um marco, um legado, não só para o local-sede do encontro, mas, sim, para todas as entidades envolvidas no processo. Não só para construir a mobilização necessária para o próximo encontro, mas, também, para incentivar discussões e iniciativas dos movimentos locais.

Em virtude da ausência do poder público, na realidade social da Amazônia impera a lei do mais forte. Quem de fato exerce o poder são os grandes grupos econômicos, que – através de capangas e asseclas políticos – subjagam as classes populares a seus ditames, algumas vezes recorrendo a assassinatos, realizados na certeza de impunidade, pois esses conflitos dificilmente repercutem para além da escala local (CPT, 2017).

Revelador, nesse sentido, são os dados referentes ao assassinato de lideranças populares na Amazônia Legal. Estima-se que, no período entre janeiro de 2015 e maio de 2017, 87% das mortes de ativistas por conflito no campo no Brasil ocorreram na Amazônia Legal, mais intensivamente no arco de desmatamento acentuado, que vai de Rondônia, passa por Mato Grosso e encobre o leste do Pará (BBC, 2017). Essa estimativa é ainda mais alarmante à luz do fato de na Amazônia brasileira, segundo Censo Demográfico do IBGE de 2000, reside apenas 12,32% do total de habitantes do Brasil, dos quais 68,9% vive em zonas urbanas. Nesse sentido, a realização do Fórum é também um espaço que visa denunciar, internacionalmente, a violência e a degradação ambiental, violações intimamente interligadas.

Tabela I: Edições do FOSPA

EDIÇÃO	ANO	LUGAR
I	2002	Belém (PA), Brasil
II	2003	Belém (PA), Brasil
III	2004	Guayana, Venezuela
IV	2005	Manaus (AM), Brasil
V	2010	Santarém (PA), Brasil
VI	2012	Cobija, Bolívia
VII	2014	Macapá (AP), Brasil
VIII	2017	Tarapoto, Peru

Fonte: Elaboração Própria.

Como apontam a Tabela I, as primeiras edições do FOSPA, sediadas nas grandes metrópoles da Amazônia, são marcadas pela tentativa de articular, na Pan-Amazônia, o diálogo e as múltiplas formas de resistência entre os diversos povos da região, em consonância com o FSM. A preponderância de movimentos e entidades brasileiras é notável nessas primeiras edições, bem como a ausência de delegações de alguns países amazônicos. A falta de organização e divergência entre os organizadores acabaram por enfraquecer o FOSPA, fato que perdurou até 2009, ano da realização do FSM em Belém do Pará (GLASS & MARINGONI, 2004).

O FSM 2009 contou com a forte presença de delegações de indígenas amazônicos e comunidades tradicionais não só do Brasil, mas, também, do Equador, Peru, Colômbia e Venezuela e Bolívia²¹. Revitalizados por essa experiência, os organizadores do FOSPA saem do FSM 2009 com a incumbência de recriá-lo. Está, também, por trás desse impulso a supracitada insurgência indígena na Bolívia e no Equador (LABORATÓRIO DE COMUNICAÇÃO COMPARTILHADA PAN-AMAZÔNIA, 2014).

A partir de então, as edições do Fórum passam a serem sediadas não mais nas grandes metrópoles, mas, sim, em aglomerações urbanas de médio porte, mais próximas da realidade das comunidades indígenas e rurais. Em contraste com as primeiras edições, a partir de 2010 há maior presença de delegações dos nove países da Amazônia.

Como dito anteriormente, ao final de cada edição, à rigor, é redigida e aprovada, de forma coletiva – em uma assembleia com representantes de todas as entidades –, a Carta da edição. Esse documento resume as reflexões e propostas levantadas durante a realização do evento. De forma mais ampla, intenta deixar claro o posicionamento dos movimentos sociais ao processo pelo qual vem passando a Amazônia como um todo, fruto dos processos advindos da globalização neoliberal, e propor bandeiras de luta de modo a guiar e fortalecer a aliança, a articulação e a mobilização entre os movimentos sociais e indígenas da região.

Dentre as bandeiras de luta proposta pela Carta de Tarapoto, redigida e aprovada no VIII FOSPA, destaca-se: construir e fortalecer o paradigma do Bem Viver; exigir dos Estados que adequem suas políticas e normas nacionais de acordo com as leis internacionais sobre os

²¹ Pela primeira vez, o FSM teve a participação em massa de povos indígenas, pois estima-se que pelo menos três mil indígenas tenham participado do encontro, que no total mobilizou mais de 150 mil participantes. Proporcionalmente, os indígenas eram menos de 3% dos participantes do Fórum, mesmo assim ainda foi a edição que mais contou com a presença deles (CANOFRE, 2015).

direitos indígenas; denunciar e lutar contra a corrupção associada ao processo de exploração e implantação dos megaprojetos de infraestrutura; impedir a implementação de falsas soluções à crise climática na Pan-Amazônia, como a chamada “economia verde” e a financeirização da Natureza; solidariedade ao povo da Guiana Francesa e rechaço à existência de territórios na Pan-Amazônia sob condição colonial; incorporar os saberes ancestrais dos povos andino-amazônicos como fonte de saberes acumulados historicamente que orientam e definem a identidade dos povos dessa região; impulsionar a vigilância e monitoramento ambiental participativo das organizações locais para prevenir a afetação de direitos e o aumento dos conflitos que a economia extrativista gera; pressionar a justiça internacional a buscar sanções contra empresas multinacionais violadoras de direitos. Propor e impulsionar instrumentos políticos nesse sentido (FOSPA, 2017).

Por fim, o FOSPA se apresenta, sobretudo a partir de 2010, com sua volta após um hiato de quatro anos, como um importante instrumento no fortalecimento da rede transnacional de ativismo na Pan-Amazônia e na relação desta região com a América Latina e o mundo. Nesse sentido, o padrão *boomerang* ainda ajuda a compreender a dinâmica dessa rede, pois através do FOSPA os movimentos sociais trocam informações, experiências e montam uma estratégia conjunta de modo a influenciar organizações intergovernamentais e os próprios Estados. Contudo, ressalva-se que o FOSPA não se realiza completamente em oposição ao poder público. Na verdade, como se demonstra na realização das edições anteriores, a articulação entre os movimentos sociais e os governos estaduais, departamentais ou municipais foram decisivos para a própria realização do evento. Por exemplo, a parceria entre a prefeitura de Macapá e o Comitê Organizador Local foi fundamental para a concretização do VII FOSPA.

O FOSPA, portanto, apresenta-se como a concretização de uma rede transnacional de ativismo entre os movimentos da Pan-Amazônia, bem como um espaço onde se realiza a diplomacia dos povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da discussão realizada no decorrer deste artigo, compreende-se que a própria ideia de Amazônia é um embate entre as mais diversas retóricas. Historicamente, o que se

configura é uma visão *sobre* a Amazônia, em detrimento de uma visão *da* Amazônia. A realização do FOSPA propaga internacionalmente a visão dos movimentos populares da Pan-Amazônia, os segmentos sociais mais suscetíveis aos efeitos da expansão e efetiva instalação do capitalismo na região.

A perspectiva que predominava, no cenário internacional, em relação à Amazônia era essencialmente ecologizada, conservacionista, vendo a Amazônia como santuário ecológico. Sendo o *Greenpeace* e a *World Wide Fund for Nature* (WWF) os principais expoentes dessa visão. Como aponta Cox (1996), toda teoria serve a algum propósito. Essa perspectiva ecologizada, que reduzia a questão ambiental à conservação das florestas tropicais interessava às ONGs do Norte global porque assim se distanciavam de denunciar os efeitos negativos da industrialização, o que ia de encontro aos interesses de seus patrocinadores.

Como se viu no decorrer desse trabalho, a luta pelo meio ambiente e a luta pelos direitos humanos sempre foram indissociáveis. Fruto de anos de articulação nacional e internacional, hoje até mesmo ativistas do Centro têm consciência disso. Têm consciência de que, na Amazônia, defender a natureza é defender a própria vida.

Hoje sabe-se, também, que a riqueza da Amazônia não consiste apenas na enorme quantidade de espécies da fauna e flora, mas, também, no conhecimento ancestral dos povos originários da floresta, e até mesmo de outras populações tradicionais que chegaram na Amazônia mais tarde. Isso em um momento de profunda crise civilizatória, onde os padrões de produção e consumo estão nos levando a uma sociedade cada vez mais desigual e a um planeta cada vez mais exaurido.

O FOSPA, nesse sentido, tem se configurado enquanto importante espaço de unificação da luta dos diversos movimentos da região. Eles propõem um modelo de sociedade adaptada aos trópicos. Tal proposição vai desde o nível filosófico, demonstrada na conformação da filosofia do Bem Viver.

Regionalmente, o FOSPA e o FSM se beneficiaram do processo democratizante que veio desde o início dos anos 2000. Líderes progressistas que iniciaram sua vida política em movimentos sociais alçaram-se ao poder, ensejando, assim, o processo de integração regional sul-americana em diferentes áreas, não só na economia. Os movimentos populares passaram cada vez mais a participar da condução política, inclusive na área da integração regional.

Com a crise da UNASUL e, conseqüentemente, do COSIPLAN, a implantação dos megaprojetos de integração da infraestrutura sul-americana se encontra paralisada. A Pan-Amazônia se encontra, contudo, pressionada frente à expansão da agropecuária do cultivo da soja e da mineração (sobretudo ilegal), que inclusive contaram com o apoio logístico que a melhoria da infraestrutura da região proporcionou. Assim, os parcos avanços sociais e ambientais estão, atualmente, fortemente ameaçados, e as barreiras à democratização da sociedade cada vez mais intransponíveis.

O artigo partiu da hipótese de que os movimentos sociais da Amazônia buscam, através do exercício da *diplomacia dos povos*, a força social necessária para ecoar suas demandas no âmbito internacional e, assim, concretizá-las no âmbito doméstico, ensejando o processo de integração Pan-Amazônica. O FOSPA, bem como outros arranjos regionais constituídos entre os movimentos sociais e indígenas da Amazônia aproximam povos dos nove países da bacia amazônica. Diante de tudo que foi exposto, esse espaço aproxima esses povos. E, diante da presença deles em fóruns globais, depreende-se que ecoam, sim, suas demandas no cenário internacional, tendo o instrumento diplomacia dos povos um papel importante nesse aspecto.

Contudo, no âmbito doméstico, a situação é problemática. Tendo em vista que, mesmo quando seus direitos são reconhecidos internacionalmente pelos Estados, ainda sim ocorre a violação. Pois a expansão da atividade agropecuária e da cultura da soja adentram até mesmo em áreas de conservação ambiental, reservas extrativistas e territórios indígenas.

O presente artigo partiu do intento em compreender o fenômeno do internacionalismo praticado pelos movimentos sociais e indígenas da Amazônia. Compreende-se que esse é um campo bastante fértil para possíveis pesquisas futuras, tendo em vista que muitas vezes se privilegiou uma visão generalizante, em detrimento das especificidades locais de sub-regiões da Amazônia. Por fim, pesquisas futuras podem se orientar em tentar compreender o papel de cada processo nacional na configuração da Amazônia. A própria questão da educação na Amazônia, o intercâmbio entre as instituições de pesquisa da região, é uma questão que merece ser explorada.

REFERÊNCIAS

BANSART, A. La diplomacia de los pueblos. *In*: BANSART, A. **El Caribe. Una sola posibilidad de integración**: la diplomacia de los pueblos. Caracas: Ediciones del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 2008.

BECKER, B. K. A Amazônia no espaço brasileiro. *In*: BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 71-86, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/12.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CANOFRE, F. Especial FSM 2009: O ano em que 5 presidentes se reuniram na Amazônia. [S. l.]. **Sul 21**, Porto Alegre, 11 dez. 2015. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/breaking-news/2015/12/especial-fsm-2009-o-ano-em-que-5-presidentes-se-reuniram-na-amazonia/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

COX, Robert W. & SINCLAIR, Timothy J. (Org.). **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017. 104 p.

DE ANTONI, GIORGIO. O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. **Ambiente & Sociedade** [online]. 2010, vol.13, n.2, pp.299-313. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2010000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 mai. 2019.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **O sentido da Pan-Amazônia**. Amazônia, 3 out. 2012. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/o-sentido-da-pan-amazonia>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FERREIRA, M. D. **A política externa venezuelana para a integração regional**: Entre a dependência estrutural e a unidade latino-americana. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FOSPA. **Carta de Macapá**. Macapá, 31 maio 2014. Disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/2014/05/31/carta-de-macapa-os-povos-livres-da-panamazonia-vencerao/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

FOSPA. **Carta de Princípios**. Cobija, Bolívia, 2012. Disponível em: <http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/em-FSPA/princ%C3%ADpios-da-Carta/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FOSPA. **Carta de Tarapoto**. Tarapoto, Peru, 1 maio 2017. Disponível em: <http://www.forosocialpanamazonico.com/wp-content/uploads/2017/05/LLE-Y-DESCARGA-AQU%C3%8D-LA-CARTA-DE-TARAPOTO2mayo2017.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GALVÃO, A. **Os movimentos sociais da América Latina em questão**. Revista Debates, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/6436>. Acesso em: 23 out. 2018.

GARCÍA-FALCES, N. Z.; PARDO, I. B. Foro Social Mundial y pueblos indígenas: La cuestión del medio ambiente. **Informe de InWent y COICA**, Madri, 2002. Disponível em: <https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Informes/Verdes/Foro%20Social%20Mundial%20y%20pueblos%20ind%C3%ADgenas.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

GLASS, V.; MARINGONI, G. Fórum Pan-Amazônico volta fortalecido ao Brasil. [S. l.]. **Carta Maior**, São Paulo, 9 fev. 2004. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Forum-Pan-Amazonico-volta-fortalecido-ao-Brasil/2/1354>. Acesso em: 18 jun. 2019.

GONÇALVES, C. W. P. A organização do espaço amazônico: contradições e conflitos. *In*: GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

_____. Outras Amazônias: as lutas por direitos e a emergência política de outros protagonistas. *In*: GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

IBGE. Atlas nacional do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 262 p.

ISA. **Redes indígenas de relações**. [S. l.], 20 ago. 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Redes_ind%C3%ADgenas_de_rela%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 16 jun. 2019.

KECK, M.; SIKKINK, K. Transnational Advocacy Network in International Politics: Introduction. *In*: KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

LABORATÓRIO DE COMUNICAÇÃO COMPARTILHADA PAN-AMAZÔNIA. **Povos da Pan-Amazônia**: construindo resistências, apontando caminhos. [S. l.], 12 mar. 2014. Disponível em: http://www.ciranda.net/Povos-da-Pan-Amazonia-construindo?lang=pt_br. Acesso em: 18 jun. 2019.

LACERDA, P. M. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n1/v8n1a09.pdf>. Acesso em: 23 outubro 2018

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**.

Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

MARTÍNEZ, K. D. La Diplomacia de los Pueblos, Relaciones Internacionales alternativas desde el Sur. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 35, n. 1, p. 95-137, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/884/605>. Acesso em: 23 maio 2019.

PRADO FILHO, C. "Acumulação primitiva" e avanço do capital na Amazônia: uma perspectiva marxista sobre a devastação ambiental causada pela "febre do ouro" às margens da rodovia interoceânica em Madre de Deus. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 52-72, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

ROSSI, A. Amazônia desmatada concentra 9 em cada 10 mortes de ativistas por conflito no campo. **BBC Brasil**, São Paulo, 26 jul. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40615688>. Acesso em: 16 jun. 2019.

RUBBO, D. I. A. A solidariedade internacionalista do MST na América Latina: aposta histórica e ação estratégica. In: **VII Colóquio Internacional do CEMARX**, 2012, Campinas - São Paulo. Anais do VI Colóquio Internacional do CEMARX, 2012. p. 1-10.

SADER, E. "Hegemonia y contra hegemonía para otro mundo posible". 2006. Disponible e: <www.biblioteca.org.ar/libros/130769.pdf>. Acceso 23 de maio 2019.

SANTOS, B. S. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. Madison: Ed. Cortez, 2004. cap. 3. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. Integração regional na América do Sul: processos em aberto. In: **Anais do 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP**. São Paulo: 2011.

TURINO, C. Prefácio à edição brasileira. In: ACOSTA, A. **O bem viver: Uma oportunidade para pensar outros mundos**. São Paulo: Ed. Autonomia Literária, Elefante, 2016. Disponível em: <https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ZHOURI, A. Transnational campaigns for the Amazon: NGO strategies, trade and official responses. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, p. 31-63, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20426.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

_____. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, p. 139-169, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a08v1225.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.